



Relatório do Evento - Análises pós-Cúpula: BRICS 2025 e a Declaração do Rio

Realização: 30/07/2025

Local: Palácio do Itamaraty, Brasília

CONTEXTO GERAL

A ampliação do BRICS em 2024 inaugurou uma nova fase para o grupo, trazendo desafios operacionais, contradições políticas e oportunidades institucionais. Com a realização da Cúpula de 2025 no Rio de Janeiro, o Brasil liderou o grupo num momento de inflexão da ordem global, marcado pelo enfraquecimento do multilateralismo, tensões comerciais e disputas por influência entre grandes potências.

O evento funcionou como espaço estratégico para refletir sobre o papel do Brasil nesse novo ciclo do BRICS expandido. Com a Índia assumindo a presidência em 2026, o período entre as duas cúpulas representa um momento decisivo para fortalecer mecanismos de transição, alinhar prioridades e garantir coerência política ao grupo.

Um dos focos centrais foi avaliar a capacidade brasileira de atuar como ponte entre o BRICS e interlocutores tradicionais do Ocidente, especialmente a União Europeia, superando sua vocação exclusiva de liderança no Sul Geopolítico. O diálogo entre as presidências brasileira e indiana, ancorado na defesa comum da democracia e da reforma do sistema multilateral, foi destacado como vetor de estabilidade, previsibilidade e transparência. A análise da Declaração do Rio, seus impactos geopolíticos e institucionais e os desdobramentos para a agenda externa brasileira compuseram a pauta central da Cúpula.

A NOVA FASE DO BRICS

A entrada dos novos membros ampliou significativamente a representatividade geográfica e política do grupo, aumentando seu peso simbólico e estratégico, mas também aprofundando divergências internas. A inexistência de um secretariado permanente, somada à ausência de regras claras para adesão, rotatividade e governança, impõe desafios estruturais à coordenação e à continuidade das iniciativas do BRICS.

Além disso, a percepção externa, especialmente na Europa, frequentemente reduz o grupo a um bloco antiocidental, em contraste com a postura reformista e cooperativa defendida pelo Brasil. Nesse cenário, torna-se fundamental aprimorar a narrativa sobre o papel construtivo do BRICS na ordem global.

O Brasil emergiu como mediador capaz de equilibrar a necessidade de concertação política com a promoção de cooperação técnica e setorial, reforçando o BRICS como instrumento de reforma da ordem internacional, e não de ruptura.

PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

Para enfrentar os desafios da nova configuração, a presidência brasileira estruturou sua atuação em seis eixos prioritários, que conectam interesses nacionais a pautas globais emergentes:

- **Reforma do Conselho de Segurança da ONU**, com foco na paz e segurança internacionais;
- **Fomento ao comércio por moedas locais**, sem criação de moeda única;
- **Saúde pública**, com destaque à criação da Parceria para Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas;
- **Governança da inteligência artificial**, com foco na proteção do cidadão;
- **Transição energética**, priorizando fontes de baixo carbono e financiamento sustentável pelo New Development Bank (NDB);
- **Temas institucionais**, como a criação do BRICS Civil Council e critérios de adesão.

Esse conjunto de prioridades reflete o esforço brasileiro para ampliar a legitimidade e a eficácia do grupo, com maior envolvimento da sociedade civil, think tanks e setor privado. Evidencia ainda a aptidão diplomática brasileira para interagir com pautas variadas, com ênfase em energia e infraestrutura.

DESAFIOS INTERNOS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

O ambiente que moldou a Cúpula foi marcado por elevada instabilidade geopolítica: com o retorno do protecionismo em países como os EUA, escalada das tensões entre China e potências ocidentais, retrocessos na agenda ambiental e esvaziamento de instituições multilaterais.

Logo após o evento, a imposição de tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros evidenciou a sensibilidade das relações bilaterais e reforçou a necessidade de uma atuação cautelosa e estratégica. Participantes destacaram que o Brasil deve evitar confrontos diretos, priorizar o diálogo com múltiplos parceiros e diversificar mercados, ao mesmo tempo em que amplia sua presença em fóruns como G20, Organização Mundial do Comércio (OMC) e fortalece sua atuação em instituições regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A DECLARAÇÃO DO RIO E OS MARCOS DA NOVA GOVERNANÇA GLOBAL

A Declaração do Rio consolidou o posicionamento do grupo em defesa de um multilateralismo renovado, representativo e eficaz, com diretrizes voltadas ao enfrentamento de desafios globais.

1. **Fortalecimento do multilateralismo:** O texto reafirma o compromisso do BRICS com a cooperação internacional, a igualdade soberana e a inclusão. Defende a modernização de instituições multilaterais e o aumento da representatividade dos países em desenvolvimento nos fóruns globais.
2. **Justiça climática e transição energética:** A Declaração critica o uso de políticas ambientais com viés protecionista e destaca a importância de financiamento adequado para uma transição energética justa. O grupo manifesta apoio ao acesso ampliado a tecnologias limpas e à proteção dos mais vulneráveis aos impactos climáticos. Destaca-se a adoção da "Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas", que marca o compromisso dos países do BRICS em ampliar o financiamento climático global.
3. **Inclusão digital e governança da inteligência artificial (IA):** A IA é tratada como tema estratégico para a segurança global e o desenvolvimento sustentável. O documento reforça a necessidade de uma transformação digital baseada na inclusão, na proteção de dados e na centralidade do cidadão. O Brasil liderou os esforços que resultaram em um documento adicional sobre o tema.

Nas negociações da Declaração, o Brasil também teve papel central, incorporando uma visão estratégica que integra inovação tecnológica, justiça

CEBRI

social e valores democráticos. A ênfase na atuação coordenada em áreas como saúde, clima e tecnologia reforça a ambição do grupo de ganhar protagonismo em agendas globais.

A Declaração sinaliza a urgência de mecanismos institucionais mais robustos, capazes de garantir continuidade política e operacional. Com a expansão, torna-se indispensável definir regras claras de governança, rotatividade e engajamento de novos membros.

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Para a Política Externa e Governança Global:

- Articular nova governança multilateral nas áreas de clima, saúde e tecnologia;
- Avançar na institucionalização do BRICS, com regras para adesão e rotatividade;
- Ampliar convergência com fóruns paralelos, como Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e G20, além de aprofundar a cooperação com instituições como o BID.

Para a Política Econômica e Comercial:

- Expandir o uso de moedas locais no comércio Sul-Sul;
- Desenvolver instrumentos financeiros voltados a pequenas e médias empresas (PMEs);
- Diversificar os mercados brasileiros, com foco em Ásia e África;
- Estruturar parcerias em setores estratégicos como biotecnologia, energia e digitalização.

Para a Política Interna e Integração de Agendas:

- Alinhar regulação nacional às pautas multilaterais lideradas pelo Brasil;
- Engajar universidades, centros de pesquisa e sociedade civil na formulação de políticas;
- Garantir coerência entre discurso internacional e ações internas, com foco em inovação, inclusão e sustentabilidade.